



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JEFFERSON RIBEIRO PEREIRA

**O USO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL POR
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS - PB**

**SOUSA – PB
2014**

Jefferson Ribeiro Pereira

**O uso do Sistema Público de Escrituração Digital por profissionais contábeis
da cidade de Cajazeiras - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Janeide Albuquerque
Cavalcanti

SOUSA – PB
2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DA UFCG CAMPUS DE SOUSA

P436u Pereira, Jefferson Ribeiro.
 O uso do sistema público de escrituração digital por profissionais contábeis da cidade de Cajazeiras-PB / Jefferson Ribeiro Pereira. – Sousa, 2014.
 51 f.: il. color.

 Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2014.
 Orientador: Profa. Ma. Janeide Albuquerque Cavalcanti.
 Co-orientador: Prof. Dr. Valterlin da Silva Santos.
 Referências.

 1. Escrituração contábil. 2. Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. 3. Sistema de informação. I. Título.

CDU 657

TERMO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo desta Monografia, intitulada: O uso do Sistema Público de Escrituração Digital por profissionais contábeis da cidade de Cajazeiras – PB, estou ciente das sanções previstas referentes ao plágio. Portanto, fica a instituição, os orientadores, e demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidades desta obra.

Sousa – PB, 22 de Agosto de 2014.

JEFFERSON RIBEIRO PEREIRA
Orientando

O uso do Sistema Público de Escrituração Digital por profissionais contábeis da cidade de Cajazeiras - PB

Esta Monografia foi julgada adequada como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PB).

BANCA EXAMINADORA

Janeide Albuquerque Cavalcanti
Orientadora - Prof^ª. MSc. - UFCG

Francisco Dinarte de Sousa Fernandes
Prof. - UFCG

Giannini Martins Pereira
Prof^ª.- UFCG

Sousa – PB
2014

Dedico com todo carinho à minha mãe Ruberlandia Ribeiro, ao meu pai Josafá de Oliveira, à minha irmã Joyce Ribeiro, a Rayza Lima e, em especial, à memória de meu avô Francisco Luís Ribeiro.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom da vida, por todas as bênçãos recebidas, por sempre me guiar e iluminar pelos caminhos da vida.

Agradeço aos meus pais, Josafá de Oliveira e Ruberlandia Ribeiro e à minha irmã Joyce Ribeiro, pelos valiosos ensinamentos de vida, por terem me proporcionado as melhores condições possíveis para que desfrutasse dos estudos, sem estes o que sou não seria possível.

Às minhas avós, Leomagina Ribeiro e Tereza Pereira e aos demais familiares, pelo incentivo e confiança depositados.

À Rayza Lima, pelo amor, paciência e compreensão que me concede todos os dias.

Aos meus padrinhos Edvanilson Santos e Ayane Abreu, por contribuírem diariamente na minha formação enquanto pessoa e cristão.

Aos meus amigos e amigas incondicionais, Alynne Crispim, Anderson Baggio, Christyan Alves, Everton Diego, Flávia Lamonielle, Hellen Ramalho, Jhonatan Ermison, Marcio Galdino, Rondinelly Dias e Risley Dantas pelo companheirismo em todos os momentos.

A todos os Professores e Colegas que fizeram parte da turma 2009.2 do Curso de Ciências Contábeis, pelos ensinamentos e aprendizado.

E por fim, mas não menos importante, à professora e amiga Janeide Cavalcanti por ser um exemplo singular de pessoa e profissional, pelo incentivo e preocupação do professor Valterlin da Silva Santos e a Luisa Cavalcanti por sua revisão.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso aborda sobre o uso do sistema público de escrituração digital por profissionais contábeis dos escritórios de contabilidade da cidade de Cajazeiras - PB, tendo como objetivo geral a investigação do uso do SPED pelos referidos profissionais, sendo este alcançado por meio do levantamento do perfil dos escritórios de contabilidade desses profissionais, pela averiguação da existência de vantagens/desvantagens no uso do SPED. O texto destaca de início, o conceito de sistema de informação, apresentando sua utilidade nas entidades, em seguida aborda-se a informação contábil, mostrando sua importância. O trabalho apresenta também o Sistema Público de Escrituração Digital, apresentando os subprojetos que o formam, bem como suas funcionalidades que auxiliam no envio das informações ao fisco, possibilitando um melhor controle por parte da Receita Federal. A natureza desta pesquisa é quantitativa, descritiva, e bibliográfica, os dados foram coletados utilizando um questionário, aplicado a profissionais contábeis da cidade acima mencionada. O trabalho é finalizado com a apresentação dos resultados obtidos através das respostas dos profissionais, apontando a necessidade de capacitação com relação ao SPED, considerado pelos profissionais como um sistema seguro, porém custoso principalmente em virtude dos custos com implantação e treinamento, tendo como principal benefício à redução e simplificação das obrigações acessórias.

Palavras-chave: Sistema de Informação. Informação Contábil. SPED.

ABSTRACT

This work addresses Completion of course on the use of digital public bookkeeping system for accounting professionals in accounting firms Cajazeiras city - PB, with the overall aim of investigating the use of SPED by professionals above and are achieved through raising the profile of the accounting offices of these professionals, for investigating the existence of advantages / disadvantages of using the SPED. The text highlights the beginning, the concept of information system, showing its usefulness in the entities, and then approaches the accounting information, showing its importance. The paper also presents the Public Digital Bookkeeping System, featuring the subprojects that form as well as its features that assist in sending information to the tax authorities, enabling better control by the IRS. The nature of this research is quantitative, descriptive, and literature, data were collected using a questionnaire administered to accounting professionals of the aforementioned city. The work ends with the presentation of the results obtained from the responses of professionals, highlighting the need for training regarding SPED, considered by professionals as a secure, however costly mainly because of the cost of implementation and training, the main benefit the reduction and simplification of ancillary obligations.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS.....	31
GRÁFICO 2 - ANO DE CONCLUSÃO DA ESCOLARIDADE DECLARADA.....	32
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DOS ESCRITÓRIOS	32
GRÁFICO 4 - NÚMERO DE CLIENTES DOS ESCRITÓRIOS	33
GRÁFICO 5 - CLIENTES OBRIGADOS A UTILIZAM O SPED.....	33
GRÁFICO 6 - PORCENTAGEM DA FORMA DE ADESÃO DO SPED	34
GRÁFICO 7 - MUDANÇAS EM FUNÇÃO DO SPED	34
GRÁFICO 8 - SEGURANÇA COM RELAÇÃO AO SPED.....	35
GRÁFICO 9 - TECNOLOGIAS APROPRIADAS PARA O SPED.....	35
GRÁFICO 10 - CAPACITAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS NO SPED	36
GRÁFICO 11 - RECURSOS TECNOLÓGICOS E CAPACITAÇÃO.....	36
GRÁFICO 12 - REDUÇÃO DA SONEGAÇÃO FISCAL EM FUNÇÃO DO SPED	38
GRÁFICO 13 - INVESTIMENTO A SER FEITO PARA USO DO SPED.....	39

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - OPINIÃO DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS SOBRE OS BENEFÍCIOS DO SPED.....	37
TABELA 2 - DESVANTAGENS DO SPED.	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 PROBLEMÁTICA.....	16
2 METODOLOGIA.....	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
3.1 SISTEMA DE INFORMAÇÃO	19
3.2 INFORMAÇÃO CONTÁBIL	21
3.3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED).....	24
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS	45
ANEXO A – LISTA DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DA CIADE DE CAJAZEIRAS – CRC/PB.....	49

1 INTRODUÇÃO

A evolução da tecnologia acarreta mudanças em diversas áreas da ciência. Tais mudanças não poderiam ser diferentes nas Ciências Contábeis, esta área vem se modernizando em virtude das exigências por respostas instantâneas para as empresas e para o Governo, que atua como ente controlador e fiscalizador de atividades como: compra, venda, prestação de serviços.

Para acompanhar as atividades comerciais das entidades o Governo instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), mecanismo moderno cujo objetivo é promover a atuação integrada dos fiscos, mediante a padronização e racionalização das informações e o acesso compartilhado à escrituração digital de contribuintes.

Os projetos do SPED são exigidos legalmente pelo Governo para as empresas, desde 2007. Além disso, (Bittencourt, 2013) afirma que esta ferramenta proporciona alguns benefícios como à diminuição nos custos operacionais dos profissionais, a diminuição da sonegação fiscal, que contribuem de forma positiva não só para com os profissionais contábeis, mas também para a sociedade.

Conforme o artigo 2º do decreto 6.022/07, divulgado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, “O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas”, com acesso às informações de forma computadorizada.

Em virtude da obrigatoriedade do SPED e da responsabilidade legal que o contador possui sobre os dados enviados, a partir disso surgiu a curiosidade em aprofundar as dúvidas sobre a utilização Sistema Público de Escrituração Digital por profissionais contábeis da cidade de Cajazeiras - PB, localidade esta que segundo dados do IBGE (2010) possui 1415 empresas atuantes, renda per capita de R\$ 9.043,69 e um IDH de 0,679 .

Além disso, especificamente, investigou-se o nível de escolaridade dos profissionais contábeis dos escritórios de contabilidade, da cidade de Cajazeiras - PB, a relação que tais profissionais possuem na utilização do SPED, bem como a existência deste sistema de controle do governo nos escritórios de contabilidade. Assim, foram investigadas necessidades e dificuldades, com o intuito de conhecer a interação dos profissionais de contabilidade. Vale salientar que a pesquisa aborda um tema ligado à evolução tecnológica na qual os mecanismos de registros e o banco de dados são considerados como

ferramentas ágeis para o mercado, principalmente pela velocidade na transmissão da informação.

Este trabalho constituiu-se por cinco seções, a saber: 1 introdutória com uma breve apresentação da pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa e a problemática pesquisada; 2 a metodologia abordada na pesquisa, algumas considerações sobre levantamento de dados, os procedimentos de coleta de dados, as fontes de informação, a natureza dos dados; 3 o levantamento bibliográfico, essa seção aborda o sistema de informação, a informação Contábil e o SPED; 4 os resultados e discussões feitas, a partir da análise dos dados, e; 5 considerações finais.

No próximo tópico detalham-se os objetivos geral e específicos propostos nesta pesquisa.

1.1 Objetivos

Objetivo Geral

Investigar a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital por profissionais contábeis dos escritórios de contabilidade na cidade de Cajazeiras - PB.

Objetivos Específicos

- Levantar o perfil dos escritórios dos profissionais de contabilidade da cidade de Cajazeiras no que diz respeito a escolaridade e a quantidade de colaboradores e clientes;
- Mostrar a relação dos profissionais de contabilidade da cidade de Cajazeiras - PB tem com o uso do SPED;
- Averiguar as vantagens e/ou desvantagens na utilização do SPED pelos profissionais de contabilidade dos escritórios de Cajazeiras - PB;
- Verificar se há preocupação ou necessidade em capacitação dos profissionais com relação às SPED.

A seguir, elencam-se os elementos necessários para justificar esta pesquisa acadêmica.

1.2 Justificativa

Segundo Moura (2002, p. 33) “A Contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do patrimônio da empresa.” Sendo assim a Ciência que estuda o patrimônio, sendo relevância no fornecimento de informações relevantes para a tomada de decisão por parte dos seus diversos usuários.

Relevância essa exige ainda mais eficiência da Contabilidade, devido ao crescimento dos mercados e ao grande volume de dados que são gerados a cada acontecimento. Na proporção em que ocorre a evolução tecnológica, os profissionais em contabilidade abandonaram antigos métodos como os registros manuscritos. Essa evolução na contabilidade modificou a forma de armazenagem das informações que hoje são arquivos digitais com os dados enviados diretamente a receita federal, via internet.

O Estado também usa a tecnologia a seu favor, por meio de legislação passou a informatizar o controle sobre as empresas desde 2007, com o decreto nº 6.022, que institui o SPED. Esta ferramenta de acompanhamento e fiscalização das atividades comerciais das empresas, da fiscalização de alguns órgãos públicos e, em breve de praticamente todas as entidades, sejam elas com ou sem fins lucrativos.

O estudo que contempla o SPED é importante por ser uma ferramenta tecnológica utilizada pelo Governo no controle das atividades comerciais desenvolvidas pelas empresas, que são obrigadas por meio de legislação a prestar contas por meio desse sistema. Também, sobre a responsabilidade do profissional contábil tem ao enviar as informações foi que surgiu a curiosidade de pesquisar a interação que os profissionais contábeis dos escritórios de contabilidade da cidade de Cajazeiras - PB tem com esta ferramenta.

O SPED pode ser considerado principal meio de fiscalização governamental, ao informatizar a relação entre o fisco e o contribuinte, sendo de suma importância junto aos órgãos tributários, podendo auxiliar no combate a sonegação fiscal, que segundo os dados (QUANTOCUSTAOBRASIL) obtidos em 2014, passa dos R\$ 300 bilhões de reais, esse valor supera os gastos do governo com a educação. Vale salientar que este sistema pode contribuir tanto com a classe contábil, quanto com a sociedade.

1.3 Problemática

A partir de 2007, o uso dos projetos do SPED vem se tornando obrigatório para as empresas brasileiras, paulatinamente, em razão do Decreto federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Decreto esse que vem sendo continuamente atualizado por meio de normativos da Receita Federal do Brasil que adicionam novos segmentos de empresas à exigência dos projetos do SPED, aumentando conseqüentemente o campo de atuação dos profissionais contábeis, sendo importante que esses tenham conhecimento a cerca desse Sistema.

Diante disso, formularam-se questões relevantes sobre o uso dessa tecnologia, tais como: Qual o perfil dos escritórios de contabilidade dos profissionais entrevistados? Que relação os profissionais tem com o uso do SPED? Existem vantagens/desvantagens em trabalhar com essa ferramenta? Existe a preocupação em capacitar o profissional contábil para utilizá-la?

A escolha por esta localidade deu-se por perceber questões relevantes aos escritórios contábeis no cotidiano por se tratar da cidade em que tenho residência. Num breve histórico sobre Cajazeiras - PB: ela está no município do interior do estado da Paraíba, localizada no sertão, com aproximadamente 58.446 habitantes (IBGE, censo, 2010), é a sétima cidade com maior IDH do estado, possui um comércio movimentado com 1415 empresas atuantes, renda per capita de R\$9.043,69.

Na seção a seguir, descreve-se a metodologia utilizada, o levantamento dos dados, a pesquisa de cunho bibliográfico, os procedimentos para a coleta de dados e a natureza dos dados pesquisados.

2 METODOLOGIA

Segundo Richardson (1999), a metodologia da pesquisa é definida como sendo a descrição e a explicação dos fenômenos estudados, além da escolha dos procedimentos sistemáticos pesquisados. Sendo assim, deve haver uma coerência entre as práticas escolhidas dentro das possibilidades encontradas na metodologia com a problematização presente na pesquisa. Os métodos adotados na pesquisa estão definidos nos pontos a seguir.

Sobre a pesquisa bibliográfica Gonsalves (2011, p.36), caracteriza como sendo aquela feita “pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu do seu tema de pesquisa”.

Ao fazer esse tipo de investigação, o pesquisador esboça anotações, resumos e fichamentos com a finalidade de fazer um levantamento sobre o tema proposto. Nesse caso o Sistema de informação, a Informação Contábil e o SPED.

Sobre a natureza dos dados

Quanto à natureza dos dados a pesquisa apresenta-se como quantitativa.

“A primeira razão para se conduzir uma Pesquisa Quantitativa é descobrir quantas pessoas de uma determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características. Ela é especialmente projetada para gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística.” (MORESI, 2003, p.64)

No primeiro momento, os resultados foram obtidos através dos questionários e dispostos em gráficos e tabelas, em percentuais e somatórios, para simplificar o entendimento do leitor. No segundo momento, foi realizada a análise desses dados, a partir da leitura dos resultados nos demonstrativos, fez-se a relação com o estudo bibliográfico, a fim de obter resultados que contribuam com o objetivo pesquisado.

Sobre os procedimentos de coleta de dados

Ainda conforme o Gonsalves (2011, p.67), a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende “buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do

pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]”.

Para o desenvolvimento deste estudo utilizou-se um questionário semi estruturado e aplicado aos profissionais de contabilidade dos escritórios da cidade de Cajazeiras - PB, caracterizando-a como pesquisa de campo, buscou-se junto a essa população, informações que posteriormente foram analisadas.

Sobre o levantamento de dados

Nesta pesquisa foi realizado um levantamento de dados informacionais junto aos profissionais que trabalham diretamente com o SPED dos escritórios de contabilidade da cidade de Cajazeiras - PB, registrados no Conselho Regional de Contabilidade - PB (CRC/PB). Assim, busca-se identificar como ocorre a relação desses profissionais com a utilização do SPED.

Segundo Gil (1999, p.44), os estudos descritivos têm como objetivo “primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis (...) e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”.

Dessa forma, depois da coleta de dados iniciais e da descrição das características apresentadas pelos entrevistados a partir das respostas que auxiliaram na posterior análise.

Utilizou-se o Microsoft Excel para fazer a tabulação dos dados respondidos pelos profissionais. (colocar qdo falar nos dados, antes da análise).

Na seção a continuação, descreve-se especificamente sobre o levantamento bibliográfico.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo elenca-se o referencial teórico das teorias utilizadas foram sobre o Sistema de informação, o Sistema Contábil e o SPED.

3.1 Sistema de informação

Segundo Udo e Fiori (2007), a informação pode ser definida com o resultado de um processamento de dados, às vezes surgem de maneira dispersa, obtidos a partir da observação de inúmeros fenômenos quando organizados de uma forma lógica e com uma finalidade se tornam e que servirá de auxílio na tomada de decisão. Por exemplo, os fenômenos poderiam ser atribuídos as operações comerciais, o lançamento de contas no balanço, etc.

Conforme Padoveze (2000, p. 43) a “informação é o dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas”. A partir desta citação, evidencia-se que a informação precisa ser disseminada e compreendida para que tenha um valor agregado.

Sobre a produção da informação, na contabilidade existem duas características norteadas por esta área de conhecimento são elas: relevância e compreensibilidade.

Elas identificam a importância e a adequação do conteúdo e se o uso pode ser benéfico ou preventivo a uma entidade. No que diz respeito sobre a relevância, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T1, 2010), o fato de que “a informação contábil deve chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim que este possa utilizá-la para seus fins”. A partir dessa citação conclui-se que a agilidade no processo é indispensável, pois se houver demora exagerada na divulgação de uma informação, é possível que ela ao ser divulgada não seja relevante.

Com relação a compreensibilidade, a resolução nº 785/95 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) afirma que a informação contábil deve ser exposta de forma mais compreensível ao usuário ao qual se destina, porém parte-se do princípio que o usuário

detêm os conhecimentos de Contabilidade e dos negócios e das atividades da empresa. Enfim, que esteja capacitado para entender as informações vindas à sua disposição, no tempo devido e na profundidade necessários para a análise.

Logo, nota-se o grau de responsabilidade dos profissionais desta área, pois são encarregados de criar um elo entre o fisco e os empresários, administradores, para que compreendam o que realmente acontece no negócio.

Segundo (DUARTE, 2011), ao exemplificar sobre a utilização de uma linguagem extremamente técnica o profissional deve tomar cuidado ao se expressar, e adequar as expressões usadas, senão correrá o risco dessa linguagem não ser compreendida pelo o ouvinte.

Conforme Bill Gates apud (PEREIRA, 1997), “informação é algo que alguém deseja saber, e está disposto a pagar por ela. A informação não é tangível nem mensurável, mas é um produto valioso no mundo contemporâneo porque proporciona poder”. A partir dessa citação, percebe-se que no mercado competitivo o profissional que possui conhecimento para compreender os acontecimentos cotidianos é alguém privilegiado, inclusive os contabilistas. Uma vez que existem variáveis que o influenciam, por parte do Governo, por meio da legislação, pelos empresários e outros usuários, pelos seus interesses pessoais. Assim, o profissional contábil que está atualizado tem as informações pertinentes, administra as situações cotidianas, pois interpreta e gera informações confiáveis, acarretando diferencial e a partir de suas habilidades para ter sucesso na profissão.

Ainda segundo Bill Gates apud (PEREIRA, 1997), o conhecimento possui grande importância e o profissional que o tiver, inclusive o contador, estará no auge de importância no mercado. Além disso, seu trabalho é influenciado por possíveis fatores como correções que alteram a fiscalização de empresas, a arrecadação de impostos, e etc. Tais fatores são dinâmicos e o contador os vivencia, em sua prática, assim o mercado cobra desse profissional que necessita interagir com as diversas habilidades e dificuldades em sua carreira.

Sobre a informação, percebe-se que atualmente é mais fácil sua administração em virtude dos sistemas, devido à alta propagação, as mudanças são instantâneas existe a necessidade de uma ferramenta para acompanhar essa velocidade, surge então o sistema de informação.

Segundo O’Brien (2010, p.6), a definição de um Sistema de Informação é “um conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de comunicação e recursos de

dados que coleta, transforma e dissemina informações em uma organização”. A partir dessa citação, entende-se como uma administração do intenso fluxo de informação gerada para cada acontecimento que ocorre em uma entidade, de forma modernizada adiciona agilidade ao processo. Vale salientar que, é fundamental para a estrutura de um sistema, a capacitação das “pessoas”, para utilizar as ferramentas tecnológicas para que o sistema exista e seja útil.

O objetivo do sistema de informação é eliminar a lentidão, otimizar o trabalho das pessoas envolvidas, mecanizar algumas atividades referentes a gestão da informação. Assim, com o desenvolvimento tecnológico com suas inovações, o SPED vem se caracterizando como item indispensável em grande parte do mercado, ocupando espaços variáveis, na administração financeira, na gestão de pessoal, na área contábil. Logo, percebe-se uma flexibilidade, pois os sistemas são desenvolvidos de acordo com as necessidades do ambiente a ser aplicado.

3.2 Informação Contábil

Segundo Moreira e Bispo et al(2013) a informação enquanto um instrumento para lidar com problemas relacionados à administração de empreendimentos, se aplicada de forma eficaz na tomada de decisão a empresa pode se destacar diante dos concorrentes.

Para Beuren, especificamente com relação às informações contábeis resultam:

“do processamento dos dados relacionados ao empreendimento, decorrentes das atividades desenvolvidas na organização. A principal forma de a contabilidade evidenciar informações aos seus diversos usuários é por meio de demonstrações contábeis padronizadas.” (BEUREN, SILVA, 2009, p. 307).

Esta citação retrata que a informação contábil mostra a realidade da empresa, nessa a informação é indispensável para o desenvolvimento, além disso, existe a necessidade de padronização das demonstrações contábeis, pois se faltar o padrão dessa informação, algum tipo de usuário pode ser prejudicado. Contudo, nos últimos anos a contabilidade tem passado por alterações em função da convergência ao padrão internacional de tais demonstrativos.

Diante de tais alterações, para atender às novas normas, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através de pronunciamentos, que definiram a

base para a apresentação das demonstrações contábeis, padronizando-as, assegurou a possibilidade de comparação entre as demonstrações contábeis de períodos anteriores de uma entidade, com as demonstrações contábeis de outras entidades.

Tal medida que visa aumentar o grau de qualidade e confiabilidade das informações contábeis disponibilizadas ao público, que necessita da informação para a tomada de decisão no dia-a-dia, permitindo assim, a criação de parâmetros entre entidades de mesmo ramo, contribui para uma análise completa e correta das variações que ocorrem nas entidades. Assim, os fatos que ocorrem dentro ou fora da entidade precisam ser analisados e observados por mais de um ângulo, com vistas a possibilidade de atender as necessidades individuais de cada grupo de usuários, sejam eles acionistas, proprietários e seus respectivos sócios, o público ou Governo ou outros grupos que surgem de acordo com a estrutura existencial da empresa.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 94) “se for adotada a ideia de produzir uma série de relatórios de finalidade específica, será preciso selecionar a informação relevante para os vários modelos de predição e tomada de decisão dos usuários”.

Produzir a informação acarreta custo e demanda de tempo elevado, o que prejudica a tomada de decisão, sendo assim é importante que a entidade identifique os principais usuários que a influenciam, elabore uma demonstração padronizada, que será analisada pelos diversos tipos de usuários e destaque algumas peculiaridades próprias do principal grupo interessado nas informações relevantes da empresa.

Segundo TEIXEIRA, COSTA, GALDI (2009, p. 79), o objetivo das demonstrações contábeis consiste basicamente em promover

“informações úteis para a tomada de decisão de seus usuários, representando a posição econômico – financeiro da entidade, suas alterações e seus resultados. Para isso, as demonstrações devem procurar atender às necessidades comuns da maior parte dos indivíduos que as utilizam, evitando privilegiar algum grupo.”

Inicialmente, a produção das demonstrações contábeis privilegiavam os requisitos fiscais impostos pela receita federal, sendo esta priorizada, o que dava margem à perda de dados que poderiam ser valiosos para algum outro grupo como, por exemplo, os investidores, fornecedores, podendo assim prejudicá-los.

Sobre a importância do CPC, segundo a receita federal tem como objetivo:

estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade e divulgar informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.(RECEITA FEDERAL, 2014)

O CPC é formado por integrantes como o CFC, FIECAFI, IBRACON, BOVESPA, ABRASCA, além do Banco Central do Brasil, da CVM e a SRF que podem ser convidados, trabalhando todos estes juntos no processo de tradução e interpretação das normas internacionais que são emitidas, permitindo que as demonstrações contábeis sejam produzidas com dados que representem à realidade fidedigna da empresa proporcionar uma informação mais segura aos usuários, diante das responsabilidades que cercam as demonstrações torna-se praticamente impossível proceder com antigos métodos, de registros manuscritos, pela possibilidade de causar prejuízos a informação por meio do risco de cometer erros e a perda de tempo.

Vale salientar que, a contabilidade por meio do princípio da oportunidade, preza pela importância da tempestividade e integridade das informações acerca dos registros realizados diariamente pelas empresas, sendo o respeito ao referido princípio importante para que as demonstrações sejam um reflexo da realidade da empresa. Portanto a contabilidade funciona como ferramenta orientadora e de grande importância na tomada de decisão.

Neste trabalho um importante usuário da informação contábil assume um papel de destaque, este, o Governo, que teoricamente cumpre seu dever de controlar e dar condições para o desenvolvimento do mercado e conseqüentemente da sociedade, seja de maneira direta ou indireta, sofre com a questão da sonegação fiscal, seja por parte de pessoas físicas ou jurídicas, realizadas por meio de fraudes, procedendo assim de maneira ilícita, o Governo por sua vez buscar a cada ano solução para o problema que atende por evasão fiscal, que Segundo Docomain, (1994, p.23) trata-se das “condutas ilícitas em que se verificam a ação ou omissão dolosa do contribuinte, com vistas a evitar, reduzir ou retardar pagamento do tributo. São os atos praticados após a ocorrência do fato gerador.”

A evasão fiscal prejudica a arrecadação de tributos, que são uma fonte de arrecadação do governo que teoricamente retornaria à população por meio de melhorias, e inúmeros benefícios, sendo este um crime que afeta toda a sociedade, podendo simplesmente surgir da ocultação de dados como renda, transações de compra e venda, faturamento, investimentos, logo, este é um problema que passa pelas mãos dos profissionais em contabilidade, uma oportunidade de contribuir para uma realidade positiva

para o mercado, para investidores, uma concorrência mais leal, possibilitando um maior reconhecimento para a classe contábil.

O Governo por sua vez tenta combater e diminuir a margem de erros e fraudes durante todo processo de controle das atividades empresariais por meio do SPED, que tem a missão de tornar o controle mais eficiente e prático, deixando para trás os registros manuscritos, com arquivos totalmente digitalizados que podem ser acessados em questão de segundos porém, o SPED trouxe benefícios e exigências para as Empresas e os profissionais Contábeis, tais questões serão abordadas na seção a seguir.

3.3 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

O Sistema Público de Escrituração Digital foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, determinando no seu art. 2º que o referido sistema “é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas mediante fluxo único, computadorizado, de informações”, sendo posteriormente adicionadas as pessoas jurídicas imunes ou isentas, pelo Decreto 7.979/2013.

Conforme Dreher (2009), a medida provisória nº 2.200, de agosto de 2001, foi o marco inicial para a criação do SPED, pois foi através desta que os documentos digitais puderam ser validados juridicamente com a instituição da infraestrutura de chaves públicas brasileiras (ICP-Brasil). Todavia, desde outubro de 1995, a receita federal vinha utilizando os recursos da Tecnologia da Informação para se relacionar com os contribuintes (NARDON FILHO, 2010).

O SPED é resultado de uma ação conjunta entre as esferas governamentais, das administrações tributárias dos diferentes entes, Federação, Estados e Municípios, que visa a modernização através da informatização das relações entre o fisco e os contribuintes, por meio de certificado digital. Assim, garante a validade jurídica dos documentos apenas em sua versão digital, afim de melhor controlar as movimentações de mercado da empresas, com o intuito de atingir uma maior eficiência na arrecadação. Para sua existência desse projeto, foram agregados vários órgãos e parceiros, totalizando vinte, podem-se destacar o Banco Central do Brasil (IBACEM), a Comissão de Valores Imobiliários (CVM), a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, foram ouvidas e discutidas as opiniões e posicionamento de classes envolvidas no mercado, isto agregou a este projeto uma base

solidificada e confiável, e, por fim o respaldo jurídico marcou o início do SPED (RECEITA FEDERAL DO BRASIL).

Segundo Duarte (2011, p.64), O SPED teve seu início a partir da

A emenda constitucional nº 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, determinou às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que atuassem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e informações fiscais.

A Receita Federal define como objetivos do SPED:

- Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas às restrições legais.
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

O SPED abrange as áreas fiscais, contábeis e de pessoal, administrado pela Receita Federal do Brasil. Além disso, substitui os livros fiscais e mercantis pelos respectivos equivalentes digitais, gera arquivos definidos e regulados a serem enviados digitalmente e validados por programa da Receita Federal, conforme legislação (RECEITA FEDERAL DO BRASIL).

O SPED é formado por subprojetos, temos como aplicados e obrigatórios o SPED Contábil (ECD), SPED Fiscal (EFD), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Escrituração Patrimonial (FCONT), Escrituração do PIS/PASEP e da COFINS (EFD-Contribuições) e por fim, temos a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), em fase final de preparação e a transmissão da informação será obrigatória, a partir de julho de 2015, com dados referentes ao exercício 2014/2015 (RECEITA FEDERAL DO BRASIL). Os projetos são apresentados a seguir.

Sped Contábil

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é a versão digital de alguns livros obrigatórios que podem existir de acordo com o tipo de empresa, são eles: livro Diário e seus auxiliares, livro Razão e seus auxiliares, livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Sped Fiscal

A Escrituração Fiscal Digital - EFD substitui grande parte das obrigações acessórias provocadas a partir das transações realizadas pelos contribuintes, são elaboradas e direcionadas ao fisco, que antes eram impressas, o arquivo que será gerado deve ser assinado digitalmente e enviado, via internet ao ambiente SPED, contribuindo diretamente para o registro, controle e apuração de contribuições, processos executados pela Secretaria da Receita Federal e unidades Federadas.

Ct-e

O Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e) foi instituído por meio do AJUSTE SINIEF 09/07, de 25/10/2007, trata-se de um tipo de documento fiscal eletrônico, que segundo a Receita Federal poderá ser utilizado para substituir um dos seguintes documentos fiscais:

- Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
- Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
- Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

Nf-e

A Nota Fiscal Eletrônica é um documento digital que é gerado a partir de uma operação comercial, sendo informada diretamente ao fisco, conforme Azevedo e Mariano (2009, p.83)

A Nota Fiscal Eletrônica é o Documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.

Atualmente a NF-e passar por melhorias no ambiente nacional com o intuito de efetivar ainda mais o controle sobre as referidas operações, atingindo conseqüentemente uma maior credibilidade e segurança ao sistema.

F-CONT

De acordo Instrução Normativa RFB nº 949/09, O FCONT é uma escrituração das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007 e é obrigatório mesmo que se realizados fora desse critérios.

Ainda de acordo com a norma, para fins de registros auxiliares, destinados obrigatórios e exclusivamente às pessoas jurídicas sujeitas cumulativamente ao lucro real e ao Regime Tributário de Transição.

NFS-e

A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços é um documento digital de definição semelhante à NF-e, porém neste caso que são as prefeituras e empresas conveniadas que são responsáveis pelo processo de registro e transmissão da informação ao ambiente SPED. Este documento será referente às operações de prestação de serviços, o referido documento visa a padronização e qualidade das informações além de racionalizar os custos.

EFD-contribuições

A Escrituração Fiscal Digital - Contribuições foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010, trata-se de um arquivo digital utilizado para o

PIS/PASEP, sendo que esta escrituração deverá ser assinada digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador e enviada ao SPED até o 10º dia útil do 2º mês subsequente ao que se refira a escrituração. Segundo a referida norma, deve ser utilizado pelas empresas tributadas pelo Lucro Real, Presumido e Arbitrado.

ECF

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substitui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), trata-se de uma inovação para as empresas obrigadas a entregar a ECD, pois permite a utilização dos saldos e contas da ECD para preenchimento inicial da ECF. Será obrigatório seu envio ao ambiente SPED, a partir de julho de 2015, com dados referentes ao exercício 2014/2015.

Segundo o Manual de Orientação do Leiaute da ECF,

São obrigadas ao preenchimento da ECF todas as pessoas jurídicas, inclusive imunes e isentas, sejam elas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido, exceto:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; e

III - às pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.306, de 27 de dezembro de 2012.

Diante do exposto é perceptível que por meio dos projetos do SPED tornou-se possível a informatização e simplificação do envio de informações à Receita, promovendo uma evolução que vai desde o trabalho com notas fiscais em papel até entrega de várias obrigações fiscais, inclusive a parte de pessoal das empresas.

Entretanto, por outro lado, acarretaram dificuldades para o profissional em contabilidade, que segundo o CFC, tem a “atribuição e responsabilidade exclusiva pela escrituração contábil em forma eletrônica e as emissões de livros, relatórios, peças, análises, mapas demonstrativos e Demonstrações Contábeis” (CFC nº 1.020).

Em virtude do curto prazo estabelecido para que tais profissionais cumprissem essas responsabilidades e se adequassem ao SPED, empresários e profissionais da contabilidade

não conseguiram atender à expectativa do governo, logo, os contadores passaram por sérias dificuldades, até hoje em alguns casos específicos, com as funcionalidades do sistema, problemas que quase em sua totalidade se devem a faltam de capacitação.

Segundo (DUARTE, 2011, p.80), sabe-se que “o modelo mais comum no Brasil, em se tratando de pequenas e médias empresas, é o de serviços contábeis terceirizados”. Assim, o fato de existir serviços terceirizados é mais um fator que pesa, pois facilita o acúmulo de volume de material de trabalhos nos escritórios, gerando uma sobrecarga, sendo assim, a importância de ter agentes capacitados para atender a esta demanda é vital para que o processo seja eficiente, reforçando a ideia que não adianta ter tecnologia de ponta a disposição se não há pessoas capacitada para utilizá-las.

Em princípio as empresas entendiam que os projetos do SPED seriam resolvidos pela área de tecnologia, porém este não foi o maior desafio, mas sim possuir uma contabilidade relevante acompanhada de uma representação fidedigna, tendo em vista que o sistema permite ao fisco auditar e cruzar essas informações. Portanto, as empresas precisam gerenciar de maneira adequada os acontecimentos que provocam alterações no teor da informação que será enviada.

Assim, as empresas poderão correr riscos de serem autuadas por fornecerem informações incoerentes ou equivocadas, corroborando para maior responsabilidade dos profissionais envolvidos no processo. Nesse, a empresa gera um arquivo digital em um formato específico. Tal arquivo é submetido ao SPED através de programa fornecido pela receita federal, a assinatura digital valida o arquivo.

Após esse procedimento, a informação constará nos livros eletrônicos, registrados na Junta Comercial. Dessa forma, não deverão coexistir livros eletrônicos e em papel de um mesmo período.

Ao implantar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a administração tributária brasileira buscou reduzir as lacunas fiscais. Segundo Barbosa e Barbosa (2004, p 290), sobre o sistema tributário do país, “deve ser estruturado de forma a contribuir para seu desenvolvimento econômico e social, além do financiamento das despesas do governo”, assim o SPED é uma ferramenta tecnológica de auxílio nessa estruturação ao contribuir nas relações do mercado com o governo. É interessante que o contador busque acompanhar esse desenvolvimento tecnológico, e a capacitação para o uso do SPED.

Vale salientar que é importante um planejamento tributário e a capacitação como uma saída que beneficie a entidade, pois o profissional atualizado e provido de competência

pode de acordo com a realidade da entidade encontrar soluções legais para a redução dos valores que sofrerão tributação, servindo de apoio ao projeto SPED, que segundo o Governo federal tem como um de seus benefícios o aperfeiçoamento ao combate da sonegação fiscal, essas soluções legais são conhecidas como elisão fiscal, que segundo Docamain (1994,p.26),

é a utilização pelo contribuinte, de formas legítimas juridicamente admitidas, para obterem resultados de exclusão, retardamento ou diminuição de resultados fiscais, desde que acolhidos pelo sistema constitucional tributário. São os atos praticados antes da ocorrência do fato gerador, decorrem da elaboração de um planejamento tributário.

Portanto se o profissional em contabilidade aplica seus conhecimentos de maneira correta e buscar o melhor para entidade é possível que a probabilidade de que ocorra ocultação de dados por parte dos gestores seja reduzida, conseqüentemente a alimentação do sistema será mais fidedigna à realidade dos fatos ocorridos, proporcionando mais eficiência ao projeto SPED.

Na seção a seguir, elencam-se os resultados da análise descritiva feita a partir do questionário aplicado aos profissionais. A partir de tais resultados foram elaborados os gráficos e tabelas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após fundamentar teoricamente este trabalho, realizou-se a análise dos resultados, a partir das informações coletadas pelos profissionais entrevistados através de questionários aplicados na amostra.

Os questionários foram aplicados em 26 (vinte e seis) escritórios de contabilidade da cidade de Cajazeiras – PB, todos em situação ativa pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC). As respostas foram dadas por 50 profissionais da área contábil, ou seja, os contadores e os funcionários que utilizam o SPED, a partir dos dados coletados nos questionários aplicados foram analisados, a partir do aporte da Lei 12.249/2010, das Instruções Normativas (RFB 1.252/2012 , RFB 1.420/2013, RFB 1.422/2013), do Conselho Federal e Contabilidade (CFC), e nos autores Mahle e Santana (2009 p.76). Abaixo, segue a análise propriamente dita.

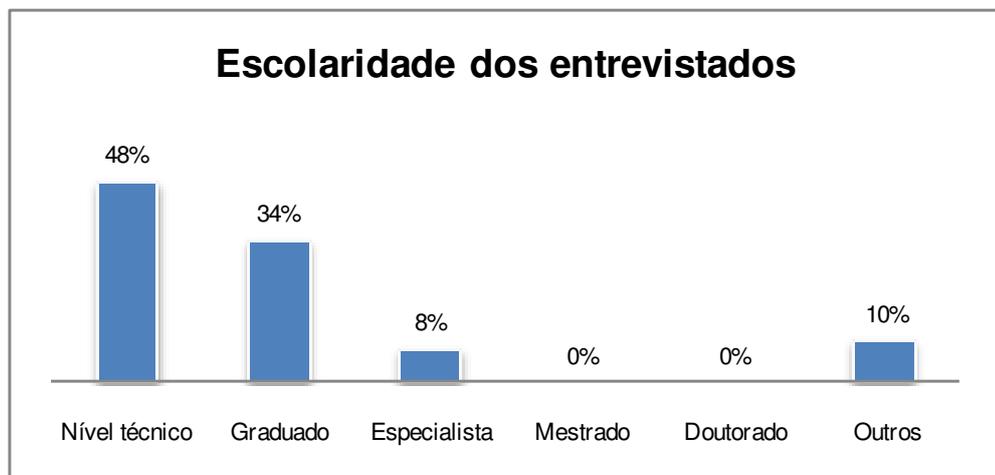


Gráfico 1 - Nível de Escolaridade dos Entrevistados

No gráfico 1 possui informações sobre a escolaridade dos profissionais, neste caso a maioria apresenta o nível técnico em contabilidade, além disso alguns tinham graduação ou especialização nos respectivos escritórios de Contabilidade da cidade de Cajazeira-PB, nenhum profissional apresentou curso de mestrado ou doutorado.

Entretanto, por causa da Lei 12.249/2010 que estabeleceu o prazo para extinção do registro profissional de técnicos em contabilidade nos CRC, futuramente almejam-se

alterações nestas informações descritas no gráfico 1, no tocante à quantidade de graduados em Ciência Contábeis nos escritórios mencionados neste *corpus*.

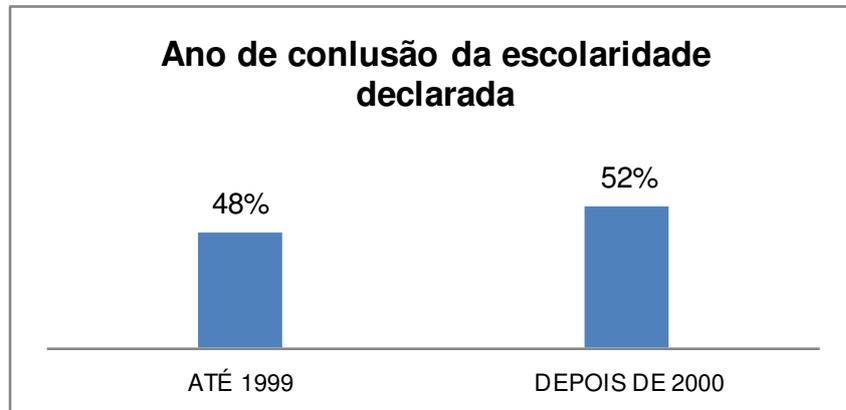


Gráfico 2 - Ano de conclusão da escolaridade declarada

O gráfico 2 apresentou o ano de conclusão da escolaridade dos profissionais entrevistados. Observou-se que quase metade dos profissionais abordados concluiu o curso antes do ano 2000, ou seja, há 14 anos.

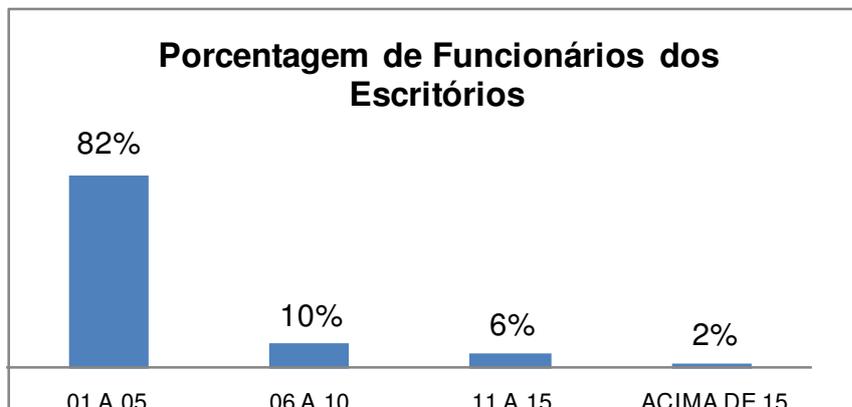


Gráfico 3 - Número de Funcionários dos Escritórios

No gráfico 3, sinalizou o número de funcionários empregados nos escritórios e exercem atividades na área contábil. Percebeu-se que nesses escritórios aproximadamente, 80%, ou seja, entre 1 e 5 funcionários trabalham na área contábil.

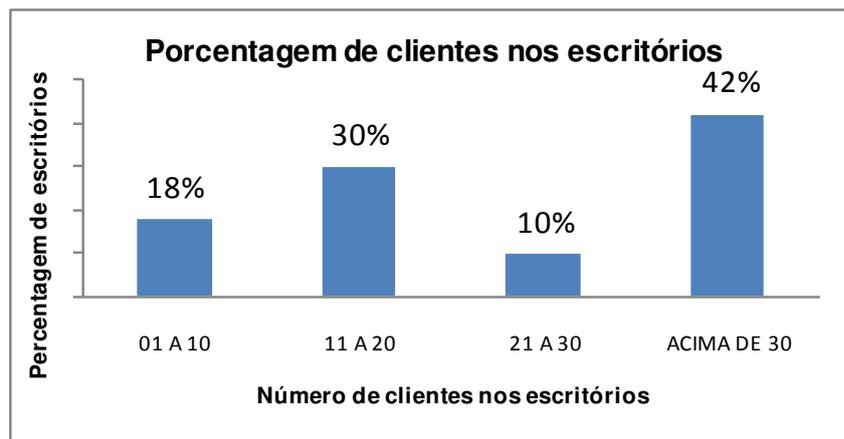


Gráfico 4 - Número de Clientes dos Escritórios

Já no gráfico 4 abordou o número de clientes dos escritórios de contabilidade visitados. Observou-se que mais da metade dos escritórios possuem, em média 20 (vinte) clientes.

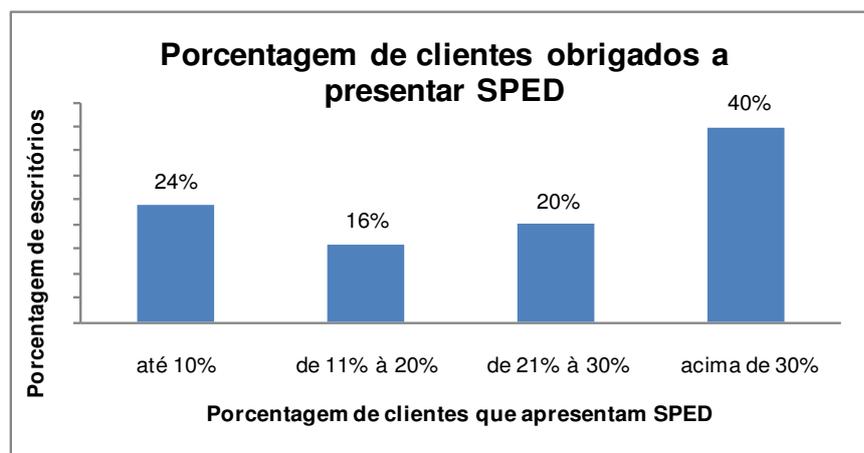


Gráfico 5 - Clientes Obrigados a Utilizam o SPED

O gráfico 5 apresentou a porcentagem de clientes dos escritórios obrigados a apresentar o SPED, nota-se que mais da metade dos escritórios visitados, cerca de 60% possuem menos de 30 % de empresas obrigadas a apresentar a SPED.

Vale salientar que, os dados apresentados neste gráfico devem sofrer alterações nos próximos anos, em virtude de alguns tipos de empresas, tais como as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), que ainda não são obrigadas a utilizar o SPED segundo a legislação (RFB 1.252/2012 , RFB 1.420/2013, RFB 1.422/2013).

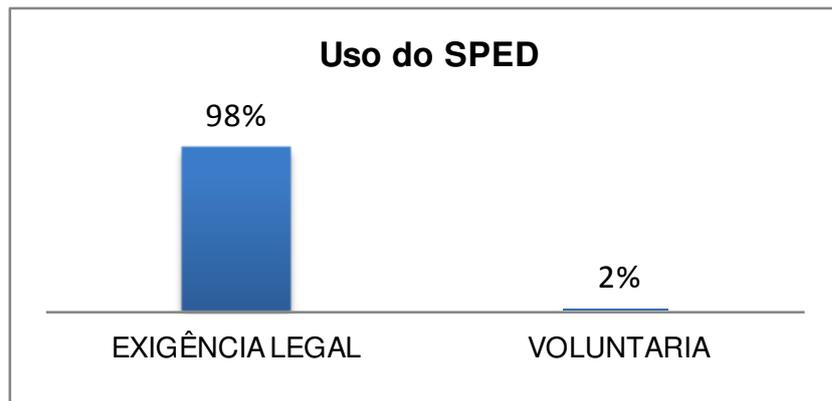


Gráfico 6 - Porcentagem da forma de adesão do SPED

O Gráfico 6 sinalizou a porcentagem de empresas dos escritórios visitados que aderiram ao uso do SPED de forma voluntária ou por exigência legal.

A utilização do SPED em 98% das empresas teve como pressuposto a exigência legal, essa legalidade, para os contribuintes que não respeitarem a norma, leva a penalidades, conforme a lei 12.973/2014 art. 8º A e, a Medida Provisória 2.158-35/2001 art. 57. Assim, as sanções, previstas por atraso ou não envio das informações, podem variar de acordo com o enquadramento da empresa de R\$ 500,00 a R\$ 5.000.000,00.

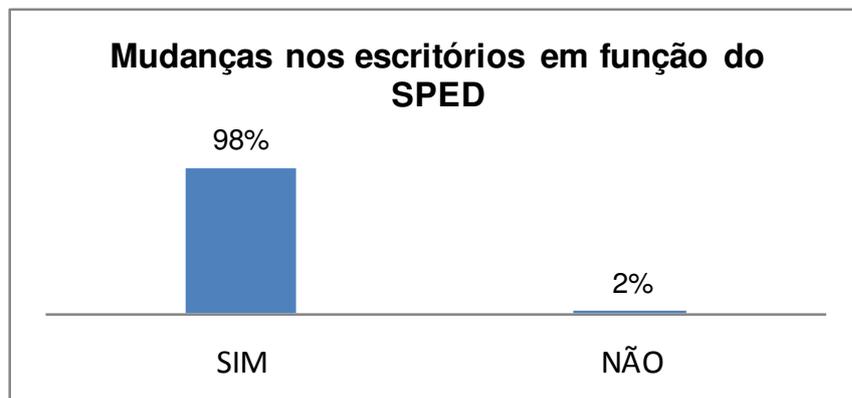


Gráfico 7 - Mudanças em função do SPED

O gráfico 7 apresentou a percepção dos profissionais entrevistados sobre a existência de mudanças ou se existiu a necessidade de adaptar nas estruturas e rotinas dos escritórios de contabilidade, após a obrigatoriedade das empresas a utilizar o SPED. Assim, 98% dos entrevistados responderam que precisaram mudar.

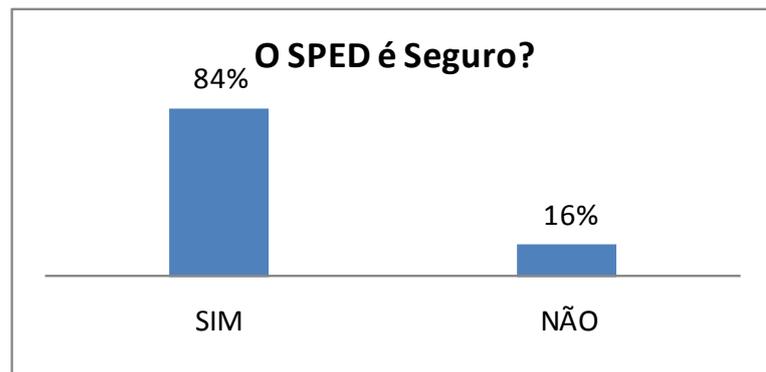


Gráfico 8 - Segurança com relação ao SPED

O gráfico 8 enfatizou que 84% dos profissionais entrevistados consideram o SPED um sistema seguro, isso demonstra claramente a credibilidade que o sistema proporciona aos seus usuários. Ao explicar os dados relatados acima, de acordo com Mahle e Santana (2009 p.76), cabe ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) acompanhar “todo o desenvolvimento e a implantação do projeto no Brasil. Desde 2005 o CFC participa com sugestões técnicas para adequar o sistema às normas internacionais de contabilidade, garantindo aos profissionais contadores perfeita navegação”. Esta citação corrobora com as respostas dos profissionais entrevistados sobre a segurança do sistema.

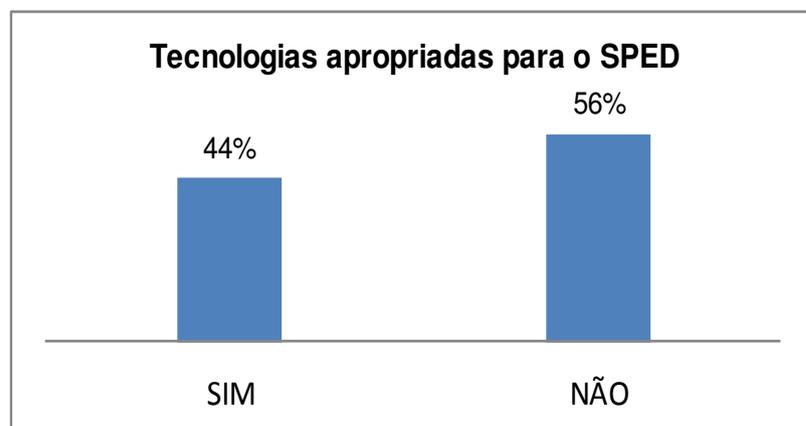


Gráfico 9 - Tecnologias apropriadas para o SPED

No gráfico 9, percebeu-se que nos escritórios visitados a quantidade de 56% dos clientes não possuíam recursos tecnológicos compatíveis aos exigidos pelo programa SPED. Tais dados corroboram com um estudo semelhante feito por Mahle e Bertollo Santana (2009), aplicado no município de Pinhalzinho/SC, em que os profissionais contábeis acreditavam que 67% dos seus clientes estavam parcialmente preparados para o SPED e, 33% ainda não possuíam condições para utilizá-lo.

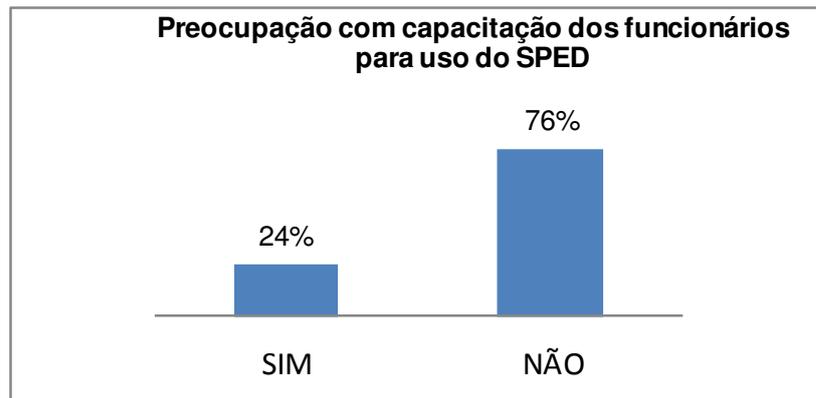


Gráfico 10 - Capacitação dos funcionários no SPED

O gráfico 10 apresentou a quantidade de 76% dos clientes não se preocuparem com a capacitação de seus funcionários.

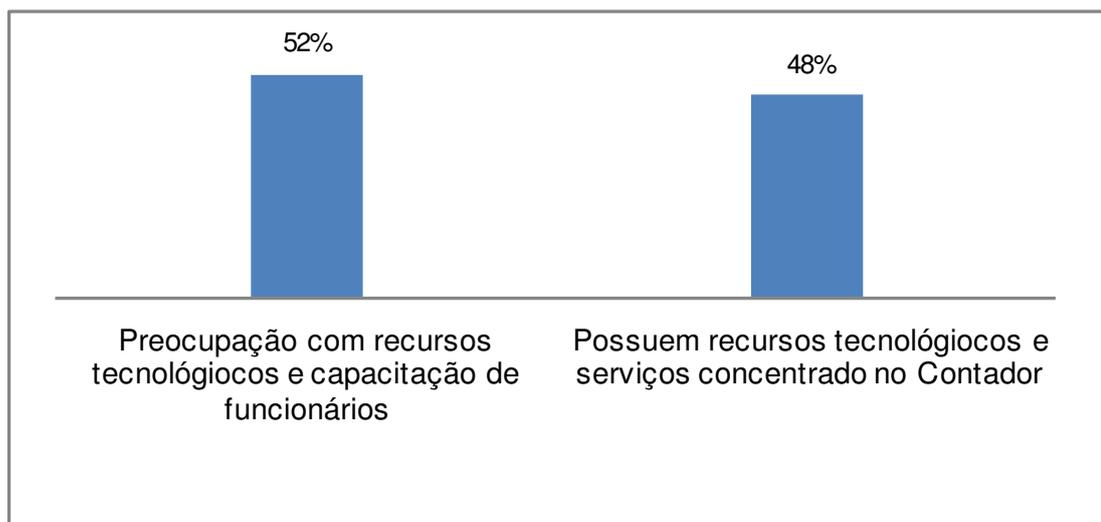


Gráfico 11 - Recursos tecnológicos e capacitação

O gráfico 11 visualizou 52% dos profissionais entrevistados preocupados em apresentar recursos tecnológicos e pessoal capacitado, entretanto 48% dos entrevistados afirmaram que apesar da existência de recursos tecnológicos nos escritórios o serviço mantém-se concentrados neles.

Alem disso, em pesquisa semelhante, mencionada acima, Mahle e Bertollo Santana (2009, p. 87), no estudo feito no município de Pinhalzinho, Santa Catarina, obtiveram dados “através de sondagem 100% da amostra afirmou que está buscando orientação, todos os escritórios já participaram de cursos, seminários ou palestras sobre o assunto”. Percebeu-se que tais dados são diferentes da realidade desta pesquisa.

A seguir, para melhor compreender a pesquisa elencam-se duas tabelas elaboradas e baseadas, a partir das perguntas e respostas nº 12 e nº 13, respectivamente do questionário aplicado aos profissionais.

A tabela 1 sintetiza a percepção dos profissionais entrevistados com relação aos dez principais benefícios atribuídos ao SPED.

Opinião dos profissionais entrevistados sobre os Benefícios do SPED	(%)
Redução e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias	20
Diminuição da sonegação fiscal	19
Agilidade nos processos de faturamento e pagamento	19
Diminuição do risco de fraudes	11
Diminuição nos custos	9
Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio entre as administrações tributárias	6
Redução de erros na emissão de notas fiscais	6
Melhoria da qualidade da informação	5
Uniformização das informações que o contribuinte presta as diversas unidades federadas	3
Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta de arquivos	2
TOTAL	100

Tabela 1 - Opinião dos profissionais entrevistados sobre os Benefícios do SPED

Todos os dez itens foram mencionados pelos entrevistados, dentre eles, os que obtiveram destaque foram a redução e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias, com 20% das respostas; a agilidade nos processos de faturamento e pagamento; e a diminuição da sonegação fiscal, ambas com 19%. Tais dados mencionados contribuem para alcançar um dos objetivos do SPED traçado pela Receita Federal. Assim, torna “mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica” (BRASIL, 2014).

Em contrapartida, aos benefícios destacados na tabela 1, existem algumas desvantagens com relação ao uso do sistema SPED que serão apresentadas na tabela 2 abaixo.

Desvantagens do SPED	(%)
Custos com treinamento	23
Custos com implantação	23
Cadeias de negócios prejudicadas por pane do sistema	20
Bloqueio na emissão da nota fiscal	17
Outros	17
Total	100

Tabela 2 - Desvantagens do SPED.

De acordo com a tabela 2, todas as opções foram mencionadas pelos entrevistados, os custos com treinamento e implantação obtiveram 23% das respostas, tais respostas se sobressaem sobre as demais possibilidades de escolha, entretanto existe uma grande variação entre os resultados obtidos. o que pode indicar que as desvantagens variam de acordo com a realidade dos escritórios.

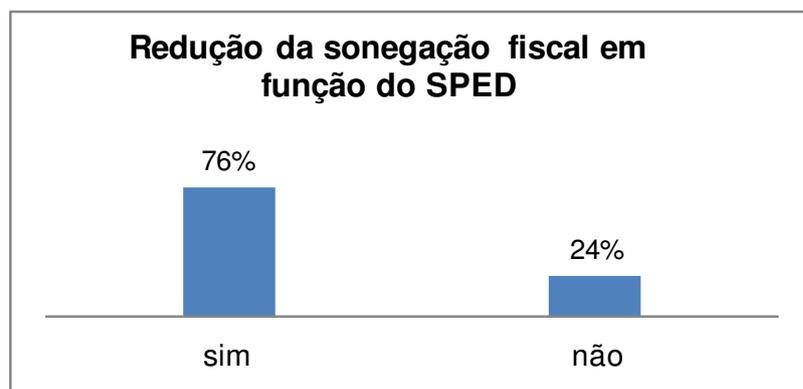


Gráfico 12 - Redução da sonegação fiscal em função do SPED

O gráfico 12, apresentou dados a respeito da afirmativa do governo que trata da redução da sonegação fiscal por causa da adoção do SPED. Desses profissionais entrevistados 76% concordaram com o Governo e 24% discordaram. Em comparação com a pesquisa anteriormente mencionada e realizada por Mahle e Bertollo Santana (2009, p. 88), 46 % acreditavam na redução da sonegação fiscal em função do SPED, 36% não acreditam e 18% optaram por uma redução parcial.

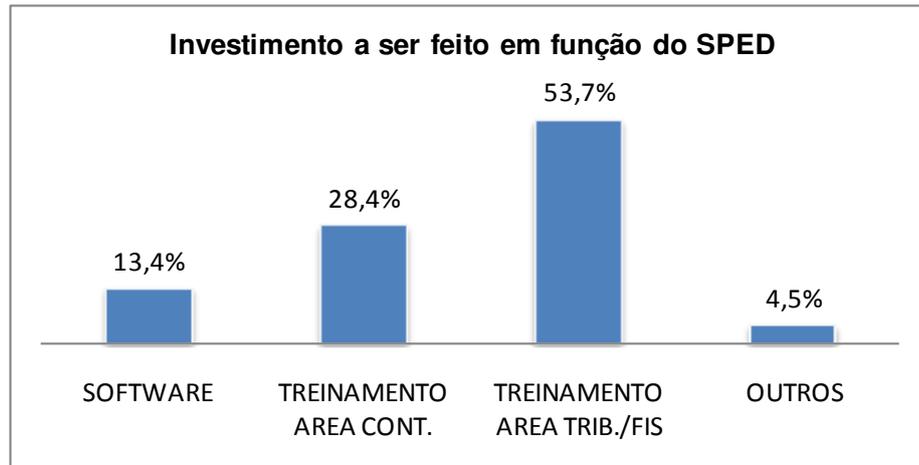


Gráfico 13 - Investimento a ser feito para uso do SPED

O gráfico 13 mostrou o principal investimento que deveria ser feito pelos escritórios para um melhor atendimento ao SPED. As respostas obtidas foram de 53,7% dos contadores gostariam de treinamento área tributária/fiscal, enquanto 28,4% treinamento área contábil.

A seguir, na próxima seção descreve-se as considerações finais desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, detalham-se sucintamente algumas considerações sobre esta pesquisa acadêmica. Com base nas respostas obtidas, percebeu-se que o SPED considerado um sistema seguro pelos profissionais contábeis entrevistados na cidade de Cajazeiras. Dado esse importante tendo em vista que esta ferramenta auxilia no envio das obrigações legais de seus clientes e exige mais responsabilidade dos usuários envolvidos.

Antes da investigação foi levantado o objetivo geral de investigar a utilização do SPED sendo esse atingido, e refletido no gráfico 5 que mostra que os profissionais dos escritórios utilizam e a tendência é que cresça o número de clientes tendo em vista a constante atualização da legislação que cada vez mais alcança diferentes tipos de empresas.

Quanto ao perfil dos escritórios dos profissionais contábeis temos que, quase metade dos referidos profissionais possuem nível técnico, com poucos funcionários. Já com relação à existência de capacitação para uso adequado do SPED foi observado que dentre os clientes dos escritórios analisados 76% não oferecem capacitação deste sistema para seus funcionários, entre os profissionais dos escritórios 52% se preocupam com essa capacitação.

No que diz respeito aos benefícios do SPED, percebeu-se uma variedade de respostas, com destaque para a redução e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias e com a agilidade nos processos de faturamento e pagamento, porém o fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio entre as administrações tributárias não foi reconhecida com um dos principais benefícios, revelando uma certa fragilidade nos conhecimentos dos profissionais contábeis acerca do SPED.

Apesar dos profissionais entrevistados reconhecerem os benefícios do SPED e sua importância eles consideram o sistema custoso, principalmente em função dos custos com implantação do SPED e treinamento de pessoal. Sendo esse último apontado como principal investimento apontado para ser feito pelos profissionais dos escritórios.

Finalizando, relata-se que foi importante fazer uma pesquisa com o tema relacionado ao SPED, por ser uma ferramenta usada na informatização da relação entre contribuinte e o fisco, como peça importante no processo de arrecadação de tributos no país, e os profissionais contábeis como figura chave nesse processo, pois é o responsável legal pelo envio das informações deste sistema.

Levando em consideração a dinamicidade e a rapidez das transformações no mundo, das novas tecnologias e das Leis, cabe ao profissional contábil buscar a adequação e constante capacitação, pois futuramente o SPED será obrigatório para todos os tipos de pessoas jurídicas inclusive já abrange as imunes e/ou isentas.

No diz respeito a recomendações para estudos futuros, e com o tema em questão, recomenda-se um estudo no qual apresente quais dos subprojetos seria o mais usado dentre as empresas da cidade de Cajazeiras-PB, além de um levantamento das empresas pelo seu enquadramento de regime de tributação.

REFERÊNCIAS

AJUSTE SINIEF Nº 09, 25 DE OUTUBRO DE 2007. **Manual de Integração do Contribuinte do Conhecimento de Transporte Eletrônico** - CT-e. 2007.

AZEVEDO, O. R.; MARIANO, P. A.. In: **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BARBOSA, F. H.; BARBOSA, A. L. N. H. O sistema tributário no Brasil: reformas e mudanças. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Orgs.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. cap. 16, p. 290-317.

BEUREN, Ilse Maria; SILVA, Tarcísio Pedro da. Informação contábil. In: RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide, organizadores. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo; Atlas, 2009, p. 307.

BITTENCOURT, Mayara Moreira. **Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: uma análise sobre a visão dos contadores e técnicos em contabilidade dos escritórios do Setor Comercial Sul do DF**. Brasília, 2013.

BRASIL. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov/contabilidade/cpc.htm>. Acesso em: 16. AGO.2014.

BRASIL. **Decreto federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm. Acesso em 02. Jan.2014.

BRASIL. **Decreto federal nº 7.979**, de 08 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7979.htm. Acesso em: 05. Jan.2014.

BRASIL. **Medida Provisória 2.158-35/2001**. Disponível em: <http://receita.fazenda.gov.br/legislacao/MPs/mp2158-35.htm> Acesso em: 17.AGO.2014.

BRASIL. **Lei nº 12.973**, de 13 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislação/Leis/2014/lei12973.htm>. Acesso em: 17. Jul.2014.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009** - Regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT), institui o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) e dá outras providências.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010**. Institui a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012**. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD)

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF)

BRASIL. **Lei 12.249/2010.** Que altera Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que regulamenta a profissão contábil no território nacional.

BRASIL. **Manual de Orientação do Leiaute da ECF.** Atualização: Julho de 2014 RFB/Subsecretaria de Fiscalização/Coordenação Geral de Fiscalização/Div. de Escrituração Digital

Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 785**, de 28 de julho de 1995. Aprova a NBC T 1 - Das Características da Informação Contábil. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 01. Out.1995.

Conselho Federal De Contabilidade. **Resolução nº 1.020**, de 18.02.2005. Aprova a NBC T 2.8 - Das Formalidades da Escrituração Contábil em Forma Eletrônica. 2005.

DOCOMAIN, Pedro Roberto. **Crimes contra a ordem tributária.** Florianópolis: Obra Jurídica, 1994.

DREHER, Felipe. **Corrida pro SPED.** Information Week Brasil, ano 10, n. 212, p. 18-25, fev. 2009.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal - IV -** Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós-SPED. 4.ed. Belo Horizonte (MG): Ideas&Work, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONSALVES, Elisa Pereira, **Iniciação à Pesquisa Científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S;VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo, Atlas, 1999, p.94.

IBGE. **Cidades@.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250370&search=paraiba|cajazeiras>. Acesso em 20.jul.2014.

MAHLE, Marciane Maria; SANTANA, Alex Fabiano Bertollo. **Sistema Público de Escrituração Digital - Sped:** um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC. Florianópolis, SC, 2009, p. 76. à 87.

MOREIRA, Rafael de Lacerda; BISPO, Oscar Neto de Almeida; ENCARNAÇÃO, Luana Vogel; ANGOTTI, Marcello; COLAUTO, Romualdo Douglas. **A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas.** Editora Científica: Florianópolis, 2013.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa.** Universidade Católica de Brasília: Brasília, 2003.

MOURA, Osni Ribeiro. **Contabilidade básica fácil.** 23. ed. Rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002. 14

NARDON FILHO, Arthur. **Da escrituração manual ao sped: a relação do fisco com as empresas.** Porto Alegre: CRC, 2010.

Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 1 - Estrutura Conceitual Para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2010.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial** – Um enfoque em sistema de informação contábil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretãs. **Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997.

QUANTOCUSTAوبرASIL Disponível em: <http://www.quantocustaobrasil.com.br/#>) acesso em 30. Ago.2014.

RECEITA FEDERAL. **Sistema de Escrituração Pública Digital**. Disponível em: Acesso em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>. 05/jun/2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

TEIXEIRA, Aridélmo; COSTA, Fábio Moraes da.; GALDI, Fernando Caio. Princípios e normas contábeis. In RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide, organizadores. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009, p.79.

UDO Strassburg; FIORI. Rodrigo; PARITZOZO Kety Gavlik, BAZZOTI Cristiane, FONSECA, Eva Fabiani de Mello **A Importância do Sistema de Informação Contábil como Fonte de Informações para Tomada de Decisões**. VI seminário do centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. 2007.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Sousa, PB, 10 de fevereiro de 2014

Prezado Empresário,

Apresentamos o aluno **Jefferson Ribeiro Pereira**, regularmente matriculado no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, nº de matrícula 309230029, o qual está desenvolvendo seu trabalho de conclusão de curso e necessita da valiosa contribuição de Vossa Senhoria, no sentido de responder, anonimamente, ao questionário apresentado, acerca do Sistema Público de Escrituração Contábil. Os dados obtidos em diversas empresas de Cajazeiras servirão, portanto, como corpus da pesquisa de conclusão curso que o discente desenvolve.

É nosso compromisso tratar com responsabilidade, confiabilidade e anonimato todas as informações prestadas no referido questionário. Assim, solicitamos sua colaboração para que possamos atingir nosso objetivo.

Atenciosamente,

Janeide Albuquerque Cavalcanti
Orientadora e Professora do curso de Ciências Contábeis da UFCG
Matrícula SIAPE: 6337800

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis
Curso de Ciências Contábeis
Aluno: Jefferson Ribeiro Pereira
Orientadora: Janeide Albuquerque Cavalcanti

**O USO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL POR CONTABILISTAS DO
MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB**

O questionário destina-se a investigar a opinião dos contadores de Cajazeiras – PB com relação às mudanças empreendidas em função da implantação ao Sistema Público de Escrituração Digital.

1 Escolaridade (Escolha o último nível concluído)

- () Nível técnico
- () Graduado
- () Especialista
- () Mestrado
- () Doutorado
- () Outros _____

2 Informe em que ano você concluiu o curso do item anterior: _____

3 Quantidade de colaboradores no seu escritório (Escolha a que você mais se adeque)

- () 01 a 05
- () 06 a 10
- () 11 a 15
- () Acima de 15

4 Quantidade de Clientes: (Escolha a que mais se adeque)

- () de 01 a 10
- () de 11 a 20
- () de 21 a 30
- () Acima de 30

5 Com relação às empresas atendidas por seu escritório, indique quantas são obrigadas a apresentar um dos tipos de SPED?

- () até 10%
- () de 11% a 20%
- () de 21% 30%
- () Acima de 30%

6 Considerando as empresas que já implantaram ou que estão em fase de implantação do SPED, essa participação foi de forma imposta pela lei ou voluntária?

- () Exigência Legal
- () Voluntária

7 De acordo com a sua percepção, foram necessárias mudanças ou adaptações nas estruturas e rotinas dos escritórios de contabilidade após as empresas serem obrigadas a utilizar o SPED?

Sim Não

8 Você acha que o sistema é seguro?

Sim Não

9 Seus clientes têm recursos tecnológicos compatíveis com os exigidos pelo programa SPED?

sim Não

10 Seus clientes preocupam-se com a capacitação de funcionários para a operação do sistema?

sim não

11 No seu escritório há preocupação em adquirir recursos tecnológicos e dispor de profissionais capacitados, a fim de ter um serviço de maior qualidade e eficiência, ou o serviço é concentrado em você sendo auxiliado por leigos no assunto?

1. SIM. Preocupo-me em possuir recursos tecnológicos e profissionais capacitados.

2. Posso recursos tecnológicos, porém o serviço é concentrado em mim.

Outros _____

12 Em sua opinião, quais são os principais benefícios do SPED?

Agilidade nos processos de faturamento e pagamento;

Redução e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias;

Diminuição nos custos operacionais (aquisição, impressão e armazenamento de papéis);

Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;

Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;

Aumento da Produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;

Melhoria da qualidade da informação;

Redução de erros na emissão de notas fiscais;

Diminuição do risco de fraudes e

Diminuição da sonegação fiscal

Outros _____

13 Em sua opinião, quais são as principais desvantagens do SPED?

Custos com treinamento

Custos com implantação

Cadeias de negócios podem ficar paralisadas em caso de pane no sistema, gerando apagões tributários

Bloqueio de emissão de NF pela Receita caso ocorra algum litígio de impostos estaduais e municipais ou simplesmente por erro de preenchimento

Outros: _____

14 O Governo Federal cita a diminuição da sonegação fiscal como um benefício conquistado em virtude da implementação do SPED. Você concorda?

sim não

15 Em sua opinião, qual é o principal investimento a ser feito pela sua empresa para o atendimento do SPED?

Software

treinamento área contábil

treinamento área fiscal/tributária

outros

ANEXO A – LISTA DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DA CIADE DE CAJAZEIRAS – CRC/PB

REFERENTE À REUNIÃO PALESTRA EM CAJAZEIRAS, LOCAL, DATA E GERENCIAMENTO DO ENCONTRO, À DISPOSIÇÃO “RAIMUNDO CONTADOR”

Adalberto Jose Liberato – Rua Sebastião Bandeira De Melo, 96, centro
 Adonias da Costa Moura – Rua Sousa Assis, 43, centro
 Agamenon Gonçalves Lucena – Rua Arquimedes Gomes De Sousa, S/N, Centro, (83)3531-4782
 Albalucia De Souza B Nascimento – conj. Pio x, quadra 02, lote 16, 89, por do sol, (83)3531-1463
 Antonozilda De Souza Cardoso – Rua Sete De Setembro, 186, centro, (83)3531-2024
 Carlos Enato Andrade Gonçalves – Rua Bonifácio Moura. 392, centro, (83) 3531-1960
 Cícero Da Silva Maciel Freire, Rua Vicente Bezerra, 430, centro
 Dalvina Ferreira Da Silva, Rua Engenheiro Carlos Pires De Sá, 36, centro
 Domingos Rolim Moreira, Rua Felismino Coelho, 455, centro
 Fausto Nascimento Albuquerque, Rua João Rodrigues Alves, 82, centro
 Francisco Chagas Feitosa, Rua Felismino Coelho, 149, centro – não ativo
 Francisco Mario Pereira David, Rua Padre Rolim, 17, centro – não ativo
 Francisco Rildo De Oliveira Maciel, Rua Siqueira Campo, 196, centro
 Francisco Vieira Da Silva, Rua Dom Mousinho, 144, esperança
 Geroncio Vieira Neto, Rua Deodato Rodrigues Coura, s/n, centro (83) 3531-2546
 Hercílio Pereira Da Costa, Rua cel. Justino Bezerra, 168, centro, (83) 3531-3445
 Humberto Luis Lacerda Frade, Rua Siqueira Campos, 138, centro, (83) 3531-1200
 João Adriano Dantas, Rua Epifanio Sobreira, 45, centro
 João Candido Sobrinho, Rua Comandante Vital Rolim, 793, centro, não ativo
 João Freitas de Andrade, Rua Tenente Sabino, 54, centro
 João Meireles da Silva, Rua Elizario Leitão, S/N, centro, (83) 3531-2446
 Jobson Luiz Moreira de Andrade, Rua cel. Matos Rolim, 68, Jardim Oásis
 José Cavalcante de Sousa, Rua Prof. João Alves, 62, Santo Antonio, não – ativo
 José Clemente Pinto, Rua Teotônio Vilela, 174, Jardim Oásis, não-ativo
 José Etiene de Oliveira, Rua João Alves, 47, Jardim Oásis
 José Gilmar de Lira, Av Engenheiro Carlos pires de Sá, 205, Centro
 José Pereira Alves, Rua José Vituriano de Abreu, S/N, Boa Vista, não ativo
 José Pereira Neto, Rua Coronel Guimarães, 125, Centro, não ativo
 Judith Moreira de Abrantes, Rua Epifanio Sobreira, 198, Centro, (83) 3531-2038
 Juraci Jerônimo Ferreira, Rua cel Pebas, 659, Centro
 Margonia Maria Abreu de Souza, Rua Doutor Coelho, 26, Centro, não ativa
 Maria de Fátima Ferreira Nascimento, Rua Ernesto Rolim, 65, Centro
 Maria de Fátima Menezes, Rua Felismino Coelho, 42, Centro, não-ativo
 Maria do Carmo Lira Albuquerque, Rua Potrazio de Souza Lima, s/n, Santa Cecília
 Maria do Nascimento Xavier, Rua Samuel Duarte, 1.111, Esperança
 Maria do Socorro Caetano, Rua Eng. Carlos Pires de Sá, 168, Centro
 Maria Girleide Ramalho, Rua Coronel Pebas, 681, Centro
 Maria Lúcia dos Reis, Rua Francimeire de Albuquerque, 70, Centro, (83) 3531-2009

Maria Marli Cândida, Rua São Pedro, 1981, Centro
Mario Moreira Cezar, Av. Francisco Matias Rolim, 333, Belo Horizonte
Nazaré Dantas, Rua Duque de Caxias, 117, Centro
Neumira Ferreira Lopes, Rua João Martins Moreira, 235, B. dos Municípios
Regina Lacerda Barboza, Rua Tabelaio Holanda, 639, Centro
Reginaldo Afonso Querino de Lavor, Rua Padre Jose Tomaz, 161, 1º Andar, Centro
Rosangela Maria da Silva Albuquerque, Rua Felismino Coelho, 454, Centro
Sergina Maria de Oliveira, Rua 4 de Outubro, 50, Centro
Solange Maria Braga Maciel, Rua Barão do Rio Branco, S/n, Centro
Verônica Dias Vieira, Rua 4 de Outubro, 32, Centro.